



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 02/2013

Súmula: Dá nova redação ao caput do artigo 31 da Lei Complementar nº 103, de 15 de março de 2004, conforme especifica e adota outras providências.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º O *caput* do artigo 31 da Lei Complementar 103, de 15 de março de 2004 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 31. Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos."

Art. 2º A implementação das alterações decorrentes da aplicação desta Lei fica condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira, bem como ao atendimento dos limites para com as despesas de pessoal, previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, não gerando qualquer efeito retroativo.

Art. 3º Esta Lei Complementar passará a vigorar na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 08 de março de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO



DESPACHO

PROTOCOLO: 11.773.068-9

1. DECLARO, na qualidade de Ordenador de Despesas, que a proposta de adaptação da Lei Complementar Estadual n.º 103/2004 – Estatuto do Magistério, visando adequá-la aos ditames da Lei Federal n.º 11.738, de 16 de julho de 2008, por si só não provoca impactos financeiros imediatos.

Curitiba, 06 de março de 2013.

Jorge Eduardo Wekerlin
Res. 334/2011 SEED/GS
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

Contere com o original
CC em 13.1.13
Ass.

I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências.
Em, 11/03/13

Presidente



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM

Nº 019/2013

Curitiba, 08 de março de 2013.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 12 MAR. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei Complementar que objetiva dar nova redação ao *caput* do artigo 31 da Lei Complementar Estadual nº 103, de 15 de março de 2004, conforme específica, assim como adotar outras providências.

A presente proposta de alteração da Lei Complementar Estadual nº 103/2004 – Estatuto do Magistério – visa adequá-lo aos ditames da Lei Federal 11.738, de 16 de julho de 2008, normativo este que veio a regulamentar a alínea "a" do inciso III do *caput* do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Como é sabido, a referida Lei Federal, ao regulamentar o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, veio também a estabelecer que, na composição da jornada de trabalho destes profissionais, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos. Diz a Lei Federal:

**Art. 2.º (...)*

(...)

*§ 4.º Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.**

Tal dispositivo, ao estabelecer o teto máximo de dois terços da carga horária para as "atividades de interação com os educandos", sugere um aparente conflito com a norma estatuida na Lei Complementar Estadual nº 103/2004, que regulamenta o Estatuto do Magistério Estadual, posto que esta, em seu artigo 31, *caput*, assim dispõe:

Art. 31. É garantida a hora-atividade para o Professor em exercício de docência, correspondente a 20% (vinte por cento) da carga horária do seu regime de trabalho.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot.11.773.068-9



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Diferentemente da Lei Federal nº 11.738/2008, que teve como objeto a normatização de um único dispositivo do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o legislador estadual, tendo que se debruçar sobre a integralidade de um Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica, construiu-o cientificamente, alicerçando o Estatuto do Magistério nos Princípios e Garantias e nos Conceitos Fundamentais, para, a partir destes pilares e raízes, erigir a estrutura da carreira do magistério da educação básica. Neste contexto insere-se o conceito (art. 4.º, inciso VIII) e a garantia da hora-atividade.

Neste sentido, a Lei Complementar Estadual nº 103/2004 já se alinhavava (na verdade, indo além) ao estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9394/1996) que, em seu artigo 67, inciso V, estabelece que os sistemas de ensino devem promover a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive, em seus estatutos e planos de carreira, um período reservado a estudos, planejamento e avaliação, inclusive na carga de trabalho.

Por outro lado, não há que se olvidar que, dentro da perspectiva de incremento da carga horária a ser proporcionada aos alunos da Rede Estadual de Ensino, nas Escolas Integrais e em contraturno escolar – proposta do atual Governo Estadual e que está em andamento – torna-se evidente a necessidade de uma articulação maior pelos gestores da atividade desenvolvida pelos docentes durante a hora-atividade, cujas propostas estão sendo desenhado no âmbito da Secretaria de Estado da Educação, em diálogo constante e permanente com a classe dos professores e da comunidade escolar e demais instâncias envolvidas no processo educacional.

Assim, a presente proposta de alinhamento da norma estadual – Estatuto do Magistério – ao estatuído na Lei Federal nº 11.738/2008, em verdade, torna-se uma feliz oportunidade para que o Governo Estadual passe a promover, juntamente com o conjunto da Sociedade Paranaense, representada pela Assembleia Legislativa, as necessárias modificações legais e administrativas de modo a adequar a Rede Pública Estadual de Ensino às tarefas de uma educação voltada às necessidades contemporâneas.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

Governador do Estado

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação



Pesquisa Rápida voltar

Exibir Ato

Página para Impressão

Alterado Compilado Original

Lei Complementar 103 - 15 de Março de 2004

Publicado no Diário Oficial nº. 6687 de 15 de Março de 2004

(vide Lei Complementar 130 de 14/07/2010)

Súmula: Institui e dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta Lei institui e dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, nos termos da legislação vigente.

Art. 2º. Integram a Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica os profissionais que exercem atividades de docência e os que oferecem suporte pedagógico direto a tais atividades nos Estabelecimentos de Ensino, nos Núcleos Regionais da Educação, na Secretaria de Estado da Educação e nas unidades a ela vinculadas, incluídas as de direção, coordenação, assessoramento, supervisão, orientação, planejamento e pesquisa, atuando na Educação Básica, nos termos da Lei Complementar nº. 7, de 22 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Estado do Paraná.

CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E GARANTIAS

Art. 3º. O Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná objetiva o aperfeiçoamento profissional contínuo e a valorização do Professor através de remuneração digna e, por consequência, a melhoria do desempenho e da qualidade dos serviços prestados à população do Estado, baseado nos seguintes princípios e garantias:

- I** - reconhecimento da importância da carreira pública e de seus agentes;
- II** - profissionalização, que pressupõe qualificação e aperfeiçoamento profissional, com remuneração digna e condições adequadas de trabalho;
- III** - formação continuada dos professores;
- IV** - promoção da educação visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania;
- V** - liberdade de ensinar, aprender, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, dentro dos ideais de democracia;
- VI** - gestão democrática do ensino público estadual;
- VII** - valorização do desempenho, da qualificação e do conhecimento;



CAPÍTULO IX
DO REGIME DE TRABALHO E DAS FÉRIAS

Art. 29. O regime de trabalho do Professor será de 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais, por cargo.

§ 1º. O regime de trabalho do Professor que ministrar aulas nas disciplinas de ensino profissional poderá ser de 10 (dez) horas semanais, com vencimento equivalente à metade do vencimento do Professor com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais.

§ 2º. Poderá haver alteração de regime de trabalho de 10 (dez) para 20 (vinte) e de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, por cargo, até o limite máximo de 40 (quarenta) horas semanais, ou o inverso, por acordo que contemple o interesse da Educação, definido pela Secretaria de Estado da Educação, e a opção do Professor, mediante adequação proporcional de seu vencimento à carga horária trabalhada.

§ 3º. O professor com regime de trabalho de 10 (dez) ou 20 (vinte) horas semanais poderá prestar serviço ou ministrar aula extraordinária, até o limite máximo de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo, para tanto, remuneração proporcional à carga horária trabalhada, sobre o valor correspondente ao Nível e à Classe em que se encontra na Carreira.

Art. 30. A hora-aula do Professor em exercício de docência será de até cinquenta minutos, assegurado ao aluno o mínimo de oitocentas horas anuais, nos termos da lei.

Art. 31. É garantida a hora-atividade para o Professor em exercício de docência, correspondente a 20% (vinte por cento) da carga horária do seu regime de trabalho.

Parágrafo único. A hora-atividade deverá ser cumprida na escola, podendo ser cumprida fora da escola, excepcionalmente, em atividades autorizadas pela Secretaria de Estado da Educação, desenvolvidas no interesse da educação pública.

Art. 32. As férias do Professor serão de 30 (trinta) dias consecutivos, segundo o calendário escolar elaborado de acordo com as normas previstas em lei.

Parágrafo único. Os Professores em exercício nos Estabelecimentos de Ensino terão direito, além das férias previstas no *caput* deste artigo, a um recesso remunerado de 30 (trinta) dias, condicionado ao cumprimento do calendário escolar, composto de 200 (duzentos) dias letivos e 10 (dez) dias destinados a atividades de formação continuada.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 02/2013

Projeto de Lei Complementar nº 02/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 019/2013

Súmula: Dá nova redação ao caput do artigo 31 da Lei Complementar n. 103 de 15 de março de 2004.

EMENTA: ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DO MAGISTÉRIO. JORNADA DE TRABALHO. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo objetiva adequar o Estatuto do Magistério aos ditames da Lei Federal n. 11.738/2008, normativo este que veio a regulamentar a alínea "a" do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que estabeleceu entre outras a composição da jornada de trabalho destes profissionais, observando-se o limite máximo de 2/3 da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Destarte, cumpre salientar que a **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ** determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe ao Poder Executivo (Governador do Estado), vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Corrobora deste entendimento o artigo 124 do **REGIMENTO INTERNO** desta Casa de Leis:

Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifos nossos)

A **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ** estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66 – Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV – criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87 – Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI – Dispor sobre a organização e funcionamento da administração estadual na forma da lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, devemos observar que o Projeto de Lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00 que determina que a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício da qual decorra de impacto deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, no entanto, segundo informações do Ordenar de Despesas, NÃO PROVOCARÁ impactos financeiros imediatos.

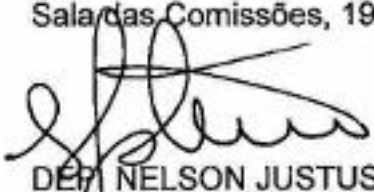
Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei e, no que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, o Projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal.

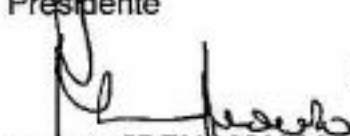
Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

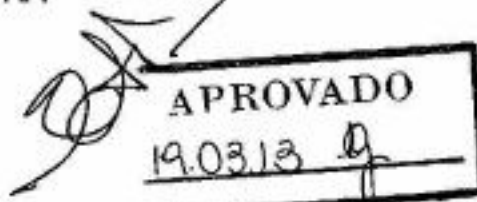
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei em virtude de se encontrar revestido de **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 19 de março de 2013.


DEP. NELSON JUSTUS
Presidente


DEP. NEREU MOURA
Relator


APROVADO

19.03.13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 002/13

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 019/2013 que dá nova redação ao "caput" do art. 31 da Lei Complementar nº 103/2004, conforme especifica.

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Nereu Moura exarou o devido parecer favorável.

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida visa adequar o Estatuto do Magistério ao que preceitua a Lei Federal nº 11.738/08, que veio regulamentar a alínea "a" do inciso III do "caput" do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que estabeleceu a composição da jornada de trabalho destes profissionais, considerando o limite máximo de 2/3 da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.

Em relação ao impacto orçamentário-financeiro a proposta apresenta, a informação referente ao protocolo nº 11.773.068-9, datada de 06 de março de 2013 e assinada pelo Senhor Jorge Eduardo Wekerlin, declarando que a proposta não provocará impactos financeiros imediatos.

Vale ressaltar, que consoante o art. 2º do Projeto de Lei em tela, o autor da proposta esclarece que a aplicação desta Lei fica condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira, bem como aos limites impostos para despesas de pessoal, estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças




Diante do exposto, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.


É o parecer.

Sala das Comissões, 25/03/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
RELATOR


WELSON
QUINTEIRO


WELSON PÜGEL



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 02/13

Autoria: - Poder Executivo

I — RELATÓRIO

O Projeto de Lei em tela foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem n.º 019/2013, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta *"dar nova redação ao caput do artigo 31 da Lei Complementar n.º 103, de 15 de março de 2004"*.

A proposta encaminhada tem por finalidade alterar a Lei Complementar Estadual n.º 103/2004 – Estatuto do Magistério – visando adequá-lo aos ditames da Lei Federal 11.738, de 16 de julho de 2008, normativo que vem a regulamentar a alínea "a" do inciso III do caput do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que regulamenta o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica e também estabelece que, na composição da jornada de trabalho destes profissionais, observar-se-á o limite de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.

A proposta apresentada, não provocará impactos financeiros imediatos, conforme informações do Ordenador de Despesas, desta forma encontra o amparo legal não violando a Lei Complementar Federal n.º 101/00.

II — DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER

A proposta ora em análise tramitou pelas Comissões de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças sendo que seus relatores exararam pareceres favoráveis pela constitucionalidade e legalidade, sendo aprovado por unanimidade naquelas comissões.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66 – Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY
COMISSÃO DE ORÇAMENTO



(...)

IV – criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87 – Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI – Dispor sobre a organização e funcionamento da administração estadual na forma da Lei.

Devemos observar que a proposta legislativa encontra-se embasada na Lei de Responsabilidade Fiscal:

“Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

(...)

II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

III — CONCLUSÃO

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epígrafe, conforme preceitua o § 4º, do artigo 33 do Regimento Interno, nosso parecer é favorável.

Sala de Reunião das Comissões, 27/03/13

DEP. NEREU MOURA
PRESIDENTE

DEP. AUG

RELATOR

PASTOR PRACZYK

JOÃO GUSTAVO

ELIO ROSE

FRANCISCO BUNDES



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Educação



PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 02/2013

Projeto de Lei Complementar nº. 02/2013

Autoria: Poder Executivo-Mensagem 19/2013

Súmula: Dá nova redação ao caput de artigo 31 da Lei Complementar nº 103, de 15 de março de 2004, conforme específica, e dá outras providências.

O presente Projeto de Lei Complementar, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo alterar a Lei Complementar 103/2004, visando adequar o Estatuto do Magistério Estadual ao disposto na Lei Federal 11.738/2008. A referida Lei, além de regulamentar o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, estabeleceu que a jornada de trabalho deve observar o limite máximo de 2/3 da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.

Ao ser alterada a regra em âmbito Federal, surgiu um conflito com a norma aplicada em âmbito Estadual, que garantia ao Professor em exercício de docência a hora-atividade correspondente a 20% do seu regime de trabalho.

O Projeto recebeu pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça, no dia 19/03/2013, da Comissão de Finanças, no dia 25/03/201 e da Comissão de Orçamento, no dia 27/03/2013, sendo agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-G do Regimento Interno desta Casa.

No que se refere à análise temática desta Comissão, não encontramos qualquer óbice à aprovação do Projeto de Lei em tela, considerando que tal norma busca adequar a Lei Complementar Estadual aos dispositivos supervenientes da norma Federal, saneando o conflito entre seus textos.

A Lei Complementar Estadual já visava valorizar os profissionais da educação, prevendo a garantia de que 20% da sua carga horária fosse reservada a estudos, planejamento e avaliação, inclusive na

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Educação



carga de trabalho. Após promulgada Lei Federal que trata do assunto, garantido um máximo de 2/3 da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos (ou seja, 1/3 destinado aos referidos estudos e planejamentos) o Poder Executivo propõe a alteração da Lei Estadual, ampliando a fatia da carga horária reservada a tais atividades e, assim, adequando perfeitamente o Plano de Carreiras do Professor Estadual à legislação Federal.

O assunto é uma antiga reivindicação dos professores paranaenses, que buscavam, em intensas negociações com o Governo de Estado, um direito concedido pela Lei Federal. Foi uma das reivindicações apresentadas na greve dos professores ocorrida em 2012 e uma das condições para que não seja deflagrada uma nova greve neste ano. Por este motivo, somos favoráveis ao prosseguimento da proposição, que garante este importante direito aos educadores.

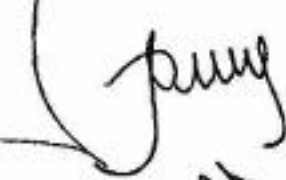

A apresentação da proposição em tela foi o ponto que evitou a deflagração de uma nova greve no Estado.

Diante do exposto, acreditamos que a presente medida é importante para reconhecer e valorizar os profissionais de educação de nosso Estado, sendo o parecer desta Comissão **FAVORÁVEL** à continuidade da tramitação do Projeto de Lei, razão pela qual somos pela sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 09 de abril de 2013.


DEPUTADO ADENNO RIBEIRO
Presidente


DEPUTADO ANIBELLI NETO
Relator



Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Casa Civil

ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 03/2013

Súmula: Dispõe sobre a alteração da Lei Complementar n.º 123, de 09 de setembro de 2008, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Acrescenta ao Art. 5º da Lei Complementar n.º 123, de 09 de setembro de 2008, o parágrafo único:

"Parágrafo único É permitido o exercício da função gratificada de secretário de estabelecimento de ensino, desde que devidamente designado através de resolução da Secretaria de Estado da Educação, aos servidores ocupantes do cargo de Agente Educacional I e II."

Art. 2º. O artigo 6º e o seu parágrafo único, da Lei Complementar n.º 123, de 09 de setembro de 2008, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 6º. O Agente Educacional I tem suas atribuições definidas no Anexo I desta lei, de acordo com a função a ser exercida, e poderá realizar sua qualificação profissional em uma ou mais das seguintes áreas de concentração:

I – manutenção da infraestrutura escolar e preservação do meio ambiente;

II – alimentação escolar;

III – interação com o educando;

IV – Apoio à Administração Escolar;

V – Apoio Operacional.

Parágrafo único. Para ingresso no cargo de Agente Educacional I é



exigido ensino fundamental completo."

Art. 3º. Acrescenta o § 2º ao artigo 6º da Lei Complementar n.º 123, de 09 de setembro de 2008:

"§ 2º Para o exercício das funções de motorista e de tratorista é exigido ensino fundamental completo e a carteira nacional de habilitação."

Art. 4º. Acrescenta o § 3º no artigo 10 da Lei Complementar n.º 123, de 09 de setembro de 2008, com a seguinte redação:

"§ 3º As atribuições para o desempenho de função específica serão definidas no Edital de Regulamentação do Concurso, sendo que quando ocorrer cessação de demanda da função específica, o servidor poderá, sem prejuízo funcional, ser remanejado para onde houver demanda aberta."

Art. 5º. Altera a redação do § 4º e acrescenta o § 6º ao artigo 15 da Lei Complementar n.º 123, de 09 de setembro de 2008, nos seguintes termos:

"§ 4º A cada interstício de 02 (dois) anos, o funcionário poderá progredir até 03 (três) classes, a partir de agosto de 2014, sendo 01 (uma) correspondente à obtenção de conceito satisfatório em avaliação de desempenho, e 02 (duas) classes correspondentes à participação em atividades de atualização, capacitação e qualificação profissional, com critérios estabelecidos por meio de resolução."

§ 5º ...

"§ 6º A capacitação ofertada pela Secretaria de Estado da Educação nos dias pedagógicos constantes do calendário escolar terá aproveitamento de 100% (cem por cento) para efeito de carga horária."

Art. 6º. O inciso II do art. 17 da Lei Complementar n.º 123, de 09 de setembro de 2008, ~~passa a~~ ter a seguinte redação:

"II – 6 (seis) classes, se concluir curso de formação profissional do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, consubstanciada no Eixo Tecnológico: Desenvolvimento Educacional e Social, obedecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, com carga horária mínima de 1.200 horas, nos termos da regulamentação vigente."



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Art. 7º. Acrescenta o inciso III ao Art. 17 da Lei Complementar n.º 123, de 09 de setembro de 2008 em epígrafe:

"Art. 17 ...

I...

II ...

III – 05 (cinco) classes, se concluir curso de graduação."

Art. 8º. O Parágrafo 2º do Art. 17 da Lei Complementar n.º 123, de 09 de setembro de 2008, passa ter a seguinte redação:

"Art. 17....

I-...

II-...

III-...

§1º - ...

§ 2º. Será respeitado o interstício de um ano entre as promoções realizadas com base nos critérios estabelecidos pelos incisos I, II e III deste artigo, sendo que na primeira promoção o funcionário deverá utilizar o critério estabelecido no inciso I, na segunda promoção, deverá utilizar o critério estabelecido pelo inciso II deste artigo, na terceira promoção, deverá utilizar o critério estabelecido pelo inciso III deste artigo."

Art. 9º. O inciso I do art. 18 da Lei Complementar n.º 123, de 09 de setembro de 2008, passa a ter a seguinte redação:

"I – 6 (seis) classes, se concluir curso de formação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, consubstanciada no Eixo Tecnológico: Desenvolvimento Educacional e Social, obedecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, com carga horária mínima de 1.200 horas, nos termos da regulamentação vigente."

Art. 10. Acrescenta o inciso III ao Art. 18 da Lei Complementar n.º 123, de 09 de setembro de 2008:

"Art. 18 ...

I...

II ...

III – 7 (sete) classes, se concluir curso de pós-graduação lato sensu."

Art. 11. O § 2.º do Art. 18 da Lei Complementar n.º 123, de 09 de setembro de 2008, passa ter a seguinte redação:

"Art. 18....

I –...

II –...

III –...

§1º – ...

§ 2º Será respeitado o interstício de um ano entre as promoções realizadas com base nos critérios estabelecidos pelos incisos I, II e III deste artigo, sendo que, na primeira promoção o funcionário poderá utilizar apenas um dos critérios estabelecidos nos incisos I e II deste artigo, na segunda promoção, deverá utilizar o critério não utilizado na primeira promoção, na terceira promoção deverá utilizar o critério estabelecido no inciso III deste artigo."

Art. 12. O inciso II do art. 26 da Lei Complementar n.º 123, de 09 de setembro de 2008, passa ter a seguinte redação:

"II – para o funcionário no exercício da função de secretário de estabelecimento de ensino, devidamente designado por resolução da Secretaria de Estado da Educação, com valor equivalente a 30% (trinta por cento) do vencimento inicial, Classe 1, do cargo de Agente Educacional II, para jornada semanal de 40 (quarenta horas) e o valor proporcional para jornada de 20 (vinte) horas."

Art. 13. Acrescenta o parágrafo único ao artigo 27, da Lei Complementar n.º 123, de 09 de setembro de 2008:

"Parágrafo Único: Fica regulamentado o Regime de Trabalho em Turnos para o servidor ocupante do cargo de Agente Educacional I, no exercício da função de vigia, alternando 12 horas de trabalho por 36



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Casa Civil

horas de descanso, com 2 (duas) folgas mensais."

Art. 14. Acrescenta o parágrafo único ao artigo 29 da Lei Complementar n.º 123, de 09 de setembro de 2008:

"Parágrafo Único: Cabe à Secretaria de Estado da Educação realizar anualmente concurso de remoção para os ocupantes dos cargos de Agente Educacional I e II do Quadro de Funcionários da Educação Básica."

Art. 15. O art. 34 da Lei Complementar n.º 123, de 09 de setembro de 2008, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 34 Não poderá ser promovido o funcionário em estágio probatório, aposentado, em disponibilidade ou em licença para tratar de interesses particulares."

Parágrafo único: Fica excluído da proibição prevista neste artigo, podendo participar dos processos de promoção e progressão na carreira o funcionário aprovado em concurso público de provas e títulos que estiver em estágio probatório e que tenha prestado serviço ao Estado do Paraná como contratado pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, bem como pelo Serviço Social Autônomo Paranaeducação e pelas Associações de Diretores de Escolas Públicas de Educação de Jovens e Adultos e, ainda, os contratados em regime especial mediante processo seletivo simplificado, desde que, somando todo o tempo de serviço prestado nessas condições, tenha trabalhado na função pelo menos 3 (três) anos até a data de sua promoção ou progressão previstas nesta Lei."

Art. 16. Acrescenta o artigo 36 na seção das disposições transitórias, passando os artigos da seção das disposições finais a serem numerados como artigos 37 e 38:

"Art. 36. Receberão o enquadramento, de uma classe na carreira, no mês de agosto de 2013, todos os Agentes Educacionais I e II com mais de 03 (três) anos de efetivo exercício no Estado do Paraná."

Art. 17. O Anexo I da Lei Complementar n.º 123, de 09 de setembro de 2008, passa a ter a redação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 18. O anexo II da Lei Complementar n.º 123, de 09 de setembro de 2008, passa a ter a redação constante do Anexo II desta Lei.



Art. 19. A implementação das alterações decorrentes da aplicação desta Lei fica condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira, bem como ao atendimento dos limites para com as despesas de pessoal, previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, não gerando qualquer efeito retroativo.

Art. 20. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em de março de 2013.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



ANEXO I

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE AGENTE EDUCACIONAL I DO QUADRO DOS FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO PARANÁ

DENOMINAÇÃO DO CARGO:

- AGENTE EDUCACIONAL I

ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO:

- MANUTENÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR
E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE
- ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
- INTERAÇÃO COM O EDUCANDO
- APOIO À ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
- APOIO OPERACIONAL

REQUISITO DE ESCOLARIDADE PARA O INGRESSO:

- ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

ATRIBUIÇÕES:

Executar atividades de suporte nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e outras de interesse do Poder Executivo Estadual. Elaborar, digitar,

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette, s/n | Centro Cívico | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: [41] 3350 2400 | Fax: [41] 3252 2381 | 3254 7345 | 3254 4299 | www.pr.gov.br



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Casa Civil

classificar e arquivar relatórios, formulários, planilhas e outros documentos. Redigir e digitar memorandos, ofícios e outras correspondências. Preparar, fazer tramitar e arquivar protocolos. Organizar a rotina de serviços e procedimentos. Efetuar a entrada e transmissão de dados, operar fax, teleimpressoras e microcomputadores. Executar atividades técnico-administrativas relacionadas às diversas rotinas da unidade. Efetuar cálculos e conferência de dados. Operar e conferir o funcionamento de equipamentos afetos à sua área de atuação. Atender público em geral, prestando informações e dando orientações. Digitar ofícios, atas, circulares, memorandos, quadros demonstrativos, boletins de frequência e outros, providenciando a reprodução, encadernação e distribuição, se necessário. Coletar dados diversos, revisando documentos, transcrições, publicações oficiais e fornecendo informações necessárias ao cumprimento da rotina administrativa. Manter organizado e/ou atualizar arquivos, fichários e outros, classificando documentos por matéria, ordem alfabética ou outro sistema, para possibilitar controle dos mesmos. Efetuar cálculos simples e conferências numéricas. Efetuar registros, preenchendo fichas, formulários, requisições de materiais, quadros, carteiras e outros, efetuando lançamento em livros, consultando dados em tabelas, gráficos e demais demonstrativos, a fim de atender às necessidades do setor. Efetuar controle da entrada e saída de materiais, recebendo, estocando, distribuindo e controlando o material sob sua responsabilidade. Operar equipamentos diversos, como máquinas calculadoras, microcomputadores, terminais de vídeo e outros. Emitir listagens e relatórios quando necessário. Atender pessoas e chamadas telefônicas, anotando ou enviando recados para obter ou fornecer informações. Zelar pelo ambiente escolar, preservando, valorizando e integrando o ambiente físico escolar; executar atividades de manutenção e limpeza, tais como: varrer, encerar, lavar salas, banheiros, corredores, pátios, quadras e outros espaços utilizados pelos estudantes, profissionais docentes e não docentes da educação, conforme a necessidade de cada espaço; lavar, passar e realizar pequenos consertos em roupas e materiais; utilizar aspirador ou similares e aplicar produtos para limpeza e conservação do mobiliário escolar; abastecer máquinas e equipamentos, efetuando limpeza periódica para garantir a segurança e funcionamento dos equipamentos existentes na escola; efetuar serviços de embalagem, arrumação, remoção de mobiliário, garantindo acomodação necessária aos turnos existentes na escola; disponibilizar lixeiras em todos os espaços da escola, preferencialmente, garantindo a coleta seletiva de lixo, orientando os usuários – alunos ou outras pessoas que estejam na escola para tal; coletar o lixo diariamente, dando ao mesmo o destino correto; executar serviços internos e externos, conforme demanda apresentada pela escola; racionalizar o uso de produtos de limpeza, bem como zelar pelos materiais como vassouras, baldes, panos, espanadores, etc.; comunicar com antecedência à direção da escola sobre a falta de material de limpeza, para que a compra seja providenciada; abrir, fechar portas e janelas nos horários estabelecidos para tal, garantindo o bom andamento do estabelecimento de ensino e o cumprimento do horário de aulas ou outras atividades da escola; guardar sob sua responsabilidade as chaves da instituição, quando for o caso, ou deixar as chaves nos locais previamente estabelecidos; zelar pela segurança das pessoas e do patrimônio, realizando rondas nas dependências da instituição, atentando para eventuais



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Casa Civil

anormalidades, bem como identificando avarias nas instalações e solicitando, quando necessário, atendimento policial, do corpo de bombeiros, atendimento médico de emergência devendo, obrigatoriamente, comunicar as ocorrências à chefia imediata; controlar o movimento de pessoas nas dependências do estabelecimento de ensino, cooperando com a organização das atividades desenvolvidas na unidade escolar; encaminhar ou acompanhar o público aos diversos setores da escola, conforme necessidade; acompanhar os alunos em atividades extra classe quando solicitado; preencher relatórios relativos a sua rotina de trabalho; participar de cursos, capacitações, reuniões, seminários ou outros encontros correlatas às funções exercidas ou sempre que convocado; agir como educador na construção de hábitos de preservação e manutenção do ambiente físico, do meio ambiente e do patrimônio escolar; efetuar outras tarefas correlatas às ora descritas; Preparar a alimentação escolar sólida e líquida observando os princípios de higiene, valorizando a cultura alimentar local, programando e diversificando a merenda escolar; responsabilizar-se pelo acondicionamento e conservação dos insumos recebidos para a preparação da alimentação escolar; verificar a data de validade dos alimentos estocados, utilizando-os em data própria, a fim de evitar o desperdício e a inutilização dos mesmos; atuar como educador junto à comunidade escolar, mediando e dialogando sobre as questões de higiene, lixo e poluição, do uso da água como recurso natural esgotável, de forma a contribuir na construção de bons hábitos alimentares e ambientais; organizar espaços para distribuição da alimentação escolar e fazer a distribuição da mesma, incentivando os alunos a evitar o desperdício; acompanhar os educandos em atividades extracurriculares e extra classe quando solicitado; realizar chamamento de emergência de médicos, bombeiros, policiais, quando necessário, comunicando o procedimento à chefia imediata; preencher relatórios relativos a sua rotina de trabalho; comunicar ao(à) diretor(a) , com antecedência, a falta de algum componente necessário à preparação da alimentação escolar, para que o mesmo seja adquirido; efetuar outras tarefas correlatas às ora descritas. Definir rotas e itinerários. Dirigir e manobrar veículos e máquinas pesadas. Transportar pessoas, cargas, documentos e objetos. Realizar inspeções, pequenos reparos e manutenção básicas do veículo. Providenciar manutenção preditiva, preventiva e corretiva de veículos e máquinas pesadas. Anotar informações sobre a utilização da máquina. Planejar o trabalho e estabelecer a sequência para a execução de atividades com máquinas pesadas. Selecionar equipamentos de proteção individual (EPI) e sinalização de segurança. Conferir e observar o funcionamento de equipamentos afetos à sua área. Auxiliar na organização da rotina de serviços e procedimentos. Realizar registros e elaborar relatórios. Respeitar a legislação, normas e recomendações de direção defensiva. Controlar o consumo de combustível, quilometragem e lubrificação, visando a manutenção adequada do veículo. Zelar pela conservação e limpeza do veículo ou máquina. Providenciar a realização de ajustes e pequenos reparos. Auxiliar no carregamento e descarregamento de materiais. Efetuar a prestação de contas das despesas AUTORIZADAS, de manutenção do veículo. Preencher os formulários com dados relativos à quilometragem, trajetos, horário de saída e chegada. Realizar viagens a serviço do órgão. Dirigir e manobrar tratores e colheitadeiras de pequeno e médio porte,



providos ou não de implementos, tais como: carreta, varredores, etc., obedecendo as normas de trânsito para realizar serviço de transporte, limpeza e similares. Auxiliar no embarque e desembarque de cargas quando necessário. Anotar em mapas próprios, horários de partida, chegada, percurso e trabalho realizado. Realizar pequenos serviços de reparos de emergência no trator ou colheitadeira. Providenciar sua manutenção preditiva, preventiva e corretiva. Planejar o trabalho e estabelecer sequência de tarefas para execução de atividades com a máquina. Selecionar equipamentos de proteção individual (EPI) e sinalização de segurança. Conferir e observar o funcionamento de equipamentos afetos à sua área. Controlar o consumo de combustível, quilometragem e lubrificação, visando a manutenção adequada do trator ou colheitadeira, zelando pela sua conservação. Auxiliar, sob supervisão e orientação, nas seguintes atribuições: Preparar solo para plantio. Manejar, capinar e adubar área de cultivo, jardins e viveiros, escolhendo e transplantando sementes, mudas e outros materiais de uso agrícola, enxertando, regando, irrigando, podando, protegendo, estaqueando e colhendo plantações. Montar viveiros e estufas. Aplicar defensivos agrícolas. Cuidar da reprodução de animais, tratando-os e procedendo a tosa, alimentação, higiene e ordenha. Auxiliar na realização de procedimentos de enfermagem veterinária. Embalar, distribuir e transportar materiais e produtos de uso agropecuário. Registrar dados relativos a sua rotina de trabalho. Zelar pela conservação e guarda de ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados no desempenho de suas atividades. Observar, cumprir e utilizar normas e procedimentos de segurança.



ANEXO II

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE AGENTE EDUCACIONAL II DO QUADRO DOS FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO PARANÁ

DENOMINAÇÃO DO CARGO:

- AGENTE EDUCACIONAL II

ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO:

- ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR**
- OPERAÇÃO DE MULTIMEIOS ESCOLARES**

REQUISITO DE ESCOLARIDADE PARA O INGRESSO:

- ENSINO MÉDIO COMPLETO

ATRIBUIÇÕES

Realizar atividades administrativas e de secretaria da instituição escolar onde trabalha; auxiliar na administração do estabelecimento de ensino, atuando como educador e gestor dos espaços e ambientes de comunicação e tecnologia; manter em dia a escrituração escolar; boletins estatísticos; redigir e digitar documentos em geral e redigir e assinar atas; receber e expedir correspondências em geral, juntamente com a direção da escola; emitir e assinar, juntamente com o diretor, históricos e transferências escolares; classificar, protocolar e arquivar documentos; prestar atendimento ao público, de forma pronta e cordial; atender ao telefone; prestar orientações e esclarecimentos ao público em relação aos procedimentos e atividades desenvolvidas na unidade escolar; lavrar termos de abertura e encerramento de livros de escrituração; manter atualizados dados funcionais de profissionais docentes e não docentes do estabelecimento de ensino; manter atualizada lista telefônica com os números mais utilizados no contexto da escola; comunicar à direção atos relevantes no dia-a-



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Casa Civil

dia da escola; manter organizado e em local acessível o conjunto de legislação atinente ao estabelecimento de ensino; executar trabalho de mecanografia e de reprografia; acompanhar os alunos, quando solicitado, em atividades extraclasse ou extracurriculares; participar de reuniões escolares sempre que necessário; participar de eventos de capacitação sempre que solicitado; manter organizado o material de expediente da escola; comunicar antecipadamente à direção sobre a falta de material de expediente para que os procedimentos de aquisição dos mesmos sejam realizados; executar outras atividades correlatas às ora descritas; catalogar e registrar livros, fitas, DVD, fotos, textos, CD; registrar todo material didático existente na biblioteca, nos laboratórios de ciências e de informática; manter a organização da biblioteca, laboratório de ciências e informática; restaurar e conservar livros e outros materiais de leitura; atender aos alunos e professores, administrando o acervo e a manutenção do banco de dados; zelar pelo controle e conservação dos documentos e equipamentos da Biblioteca; conservar, conforme orientação do fabricante, materiais existentes nos laboratórios de informática e de ciências; reproduzir material didático através de cópias reprográficas ou arquivos de imagem e som em vídeos, "slides", CD e DVD; registrar empréstimo de livros e materiais didáticos; organizar agenda para utilização de espaços de uso comum; zelar pelas boas condições de uso de televisores e outros aparelhos disponíveis nas salas de aula; zelar pelo bom uso de murais, auxiliando na sua organização, agir como educador, buscando a ampliação do conhecimento do educando, facilitada pelo uso dos recursos disponíveis na escola; quando solicitado; participar das capacitações propostas pela SEED ou outras de interesse da unidade escolar; decodificar e mediar o uso dos recursos pedagógicos e tecnológicos na prática escolar; executar outras atividades correlatas às ora descritas. Preparar, manipular e armazenar materiais e equipamentos próprios de laboratório; utilizar reagentes, solventes, equipamentos, ferramentas e instrumentos manuais, mecânicos, elétricos e eletrônicos; observar rotinas e normas de segurança em Laboratório de Física, Química e Biologia; preparar soluções; utilizar conhecimentos de propriedades físicas e químicas dos compostos orgânicos; preparar amostras para análise; utilizar conhecimentos básicos de manuseio de instrumentos manuais, mecânicos, elétricos e eletrônicos; estabelecer e aplicar, em conjunto com o corpo docente, normas de segurança para o uso do laboratório; disponibilizar equipamentos e materiais necessários para a preparação e realização das atividades de ensino previstas em várias disciplinas; dar assistência técnica ao professor e seus alunos durante a aula ajudando a manter o bom andamento da atividade prática de laboratório; preparar o ambiente de laboratório para uso do professor e alunos.

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em 18/11/2013

Presidente



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM

Nº 021/2013

Curitiba, 15 de março de 2013.

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.**

Em, 19 MAR. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva alterar os dispositivos que especifica, da Lei Complementar n.º 123, de 09 de setembro de 2008, que instituiu o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná.

JUSTIFICATIVA:

- **Artigo 1º – acrescenta ao artigo 5º o parágrafo único:** Permite que a função gratificada de secretário de estabelecimento de ensino seja exercida por servidores ocupantes dos cargos de Agente Educacional I e II.

- **Artigos 2º e 3º – altera o artigo 6º e parágrafo único e acrescenta o parágrafo 2º a esse artigo –** Prevê que no quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná haja a função de apoio, dependendo da especificidade do estabelecimento e a oferta de ensino, de motorista e tratorista. Dispõe também que o Agente Educacional I, para exercer as atividades inerentes à essa função, obrigatoriamente, necessita de qualificação profissional específica, além do Ensino Fundamental.

- **Artigo 4º – acrescenta o § 3º ao artigo 10 –** Propõe uma melhoria na descrição das funções do Agente Educacional II, que até então eram genéricas, sem discriminar a função. No entanto, as atribuições abrangem todas as funções desempenhadas pelo Agente Educacional II. Também é de interesse da Administração que seja mantida essa descrição para que possam ser feitos remanejamentos internos necessários ao bom funcionamento dos estabelecimentos. Além disso, mais, por ocasião do concurso público, o Edital que o regulamenta deverá descrever as funções nas quais haja mais demanda, com a ressalva que, durante os anos, por motivos diversos, a demanda poderá deixar de existir, possibilitando que o servidor seja remanejado.

Excelentíssimo Senhor
Deputado **VALDIR ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 11.632.559-4



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Casa Civil

- Artigo 5º – altera o § 4º e acrescenta o § 6º do artigo 15 - A valorização dos Profissionais da Educação do Estado do Paraná constitui um dos princípios básicos estabelecidos pela Secretaria de Estado da Educação. Dentre as inúmeras ações desencadeadas para que esta valorização se efetive existem eventos de formação continuada ofertados, considerando o contido na LDB 9394/96, em seus artigos 67, 80 e 87, bem como na Lei Nacional n.º 10.172/2001 – Plano Nacional de Educação e Plano Estadual de Educação.

Através da Coordenação de Formação Continuada são realizados eventos direcionados a uma rede de 65.000 profissionais do sistema público educacional, abrangendo professores, pedagogos, agentes de execução e agentes de apoio nas diversas funções desempenhadas nos estabelecimentos, quais sejam: docência, pedagogo, direção, secretários, auxiliares de secretaria, merendeiras, inspetores de alunos, bibliotecários e auxiliares de serviços gerais.

A formação dos profissionais da educação implica uma reflexão sobre o próprio significado do processo educativo, na sua relação com o processo mais amplo de constituição e desenvolvimento histórico-social do ser humano, preparando esse profissional para os desafios do dia a dia na escola.

A alteração proposta visa valorizar a área educacional, com a possibilidade de progressão do servidor a cada dois anos, por meio de avaliações e participação em atividades de atualização, capacitação e qualificação profissional.

- Artigos 6º e 9º - alteram respectivamente os artigos 17 inciso II e 18 inciso I – Esses incisos delimitam os cursos de formação profissional para efeitos de avanços na carreira. Entretanto a nomenclatura “Área Profissional 21” deixou de existir por força da Portaria Ministerial n.º 840/2008 e Resolução CNE/CEB n.º 03/2008 que instituiu o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio que estabelece o Eixo Tecnológico: Desenvolvimento Educacional e Social.

- Artigos 7º e 10 – acrescentam respectivamente aos artigos 17 o inciso III e o inciso III ao 18 – Considerando o princípio da valorização dos profissionais da educação, preconizado pelo Art. 206 inciso V da Constituição Federal, acrescentam-se novas titulações para efeito de promoção.

- Artigos 8º e 11 – o artigo 8º e o artigo 11 reorganizam a promoção na carreira, conforme as inclusões constantes dos artigos 6º e 9º.

- Artigo 12 - altera o artigo 26 em seu inciso II – Esse inciso concede a gratificação para secretários de escolas estaduais com valor correspondente a 30% (trinta por cento) do vencimento inicial, Classe 1, do cargo de Agente Educacional II.

A mudança faz-se necessária tendo em vista a existência de escolas estaduais que oferecem apenas um turno de trabalho, com 20 horas semanais. Da forma como consta atualmente na lei, o secretário de uma escola com esse turno receberia por 20 horas semanais de trabalho, sendo o mesmo valor que recebe outro secretário de escola que trabalha 40 horas.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Casa Civil

Para evitar a distorção, propõe-se a mudança no texto legal, de tal forma que o índice de 30% (trinta por cento) corresponda a 40 horas semanais de trabalho e a jornada semanal de 20 horas, na função de secretário de escola, seja paga em valor proporcional.

- **Artigo 13 – acrescenta o parágrafo único ao artigo 27** - A atividade desenvolvida pelos vigias nos Colégios Agrícolas exige a prestação de serviços nos três turnos de trabalho, o que preenche o requisito necessário ao enquadramento da jornada especial, uma vez que se trata de prestação de serviço em turno ininterrupto de revezamento.

- **Artigo 14 – acrescenta o parágrafo único ao artigo 29** – Cria a regulamentação anual de concurso de remoção para servidores ocupantes dos cargos de Agente Educacional I e II do Quadro de Funcionários da Educação Básica.

- **Artigo 15– Altera a redação do artigo 34** – Acrescenta a proibição de participar dos avanços na carreira ao funcionário em estágio probatório, aposentado, em disponibilidade ou em licença para tratar de interesses particulares. No parágrafo único constam exceções à essa proibição.

- **Artigo 16 - Enquadramento dos Agentes Educacionais I e II** - O atuais ocupantes do cargo de Agente Educacional I e II, que tenham comprovadamente mais de 3 (três) anos de efetivo exercício no cargo serão enquadrados em uma classe a mais na carreira.

- **Artigo 17 - altera a redação do ANEXO I** – Esse Anexo trata das atribuições do cargo de Agente Educacional I, indicando as atividades a serem desenvolvidas nas áreas de Manutenção de Infraestrutura, Alimentação Escolar e Interação com o Educando.

- **Artigo 18 - altera a redação do ANEXO II** - Não consta da atual lei, atividades referentes à função do Assistente de Execução Laboratorista, que são desempenhadas por servidores que prestaram concurso, fizeram a opção pelo QFEB e estão desempenhando suas funções na rede pública estadual de ensino.

Essas são, portanto, as razões pelas quais se faz necessária a presente alteração legislativa.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

DECLARAÇÃO DE ORDENADOR 0240/2013

As despesas com a progressão na carreira de funcionários da Rede Estadual de Educação Básica do Quadro de Funcionários da Educação Básica (QFEB), atendendo o disposto na Lei Complementar nº 123/04 de 09/09/2008, estão alicerçadas à conta da Dotação Orçamentária **4103.12368094.098** – Valorização da Educação Básica - Administrativo, Fonte de Recursos 100 – Tesouro do Estado e/ou 145 – FUNDEB.

As despesas estão aprovadas na Lei Orçamentária Anual de 2013 nº 17.398 de 18/12/2012, em consonância com o Plano Plurianual 2012 a 2015, Lei nº 17.013 e com o disposto no Art. 16, § 1º, Incisos I e II da Lei Complementar n.º 101 de 04/05/2000.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2013.

Jorge Eduardo Wekerlin
Diretor Geral

Protocolo n.º 11.632.082-7

Confere com o original
CC/01, em 19/03/23
Ass. _____



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DA DESPESA Nº 0174/2012

Eu, Jorge Eduardo Wekerlin, portador do R.G. nº. 3.667.491-1, atualmente no cargo em Comissão de Diretor Geral, na qualidade do ordenador de despesas da Secretaria de Estado da Educação, declaro, nos termos do QDD e informação de disponibilidade orçamentária e financeira, que a despesa abaixo identificada tem adequação com a Lei 8.666/93, está incluída no Plano Plurianual 2012/2015, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

Declaro ainda, que a despesa preenche os requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000 e 04 de maio de 2000, especialmente quanto às normas dos artigos 16 e 17, sendo que a mesma não causará impacto orçamentário e financeiro nos dois exercícios subsequentes e não ultrapassará os limites estabelecidos para o exercício financeiro de 2013.

Identificação da Despesa: progressão na carreira de funcionários da Rede Estadual de Educação Básica do Quadro de Funcionários da Educação Básica (QFEB).

Dotação Orçamentária nº: 4103.12368094.098 Fontes de Recursos 100 e/ou 145

Curitiba, 26 de fevereiro de 2013.

JORGE EDUARDO WEKERLIN

Diretor Geral

Confere com original 2
CC/SE, em 2013
Ass.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GRHS - GRUPO DE RECURSOS HUMANOS SETORIAL



1 - Enquadramento com uma classe para todos os funcionários QFEB em agosto de 2013

Valor mensal	Valor para 2013 a partir de agosto
1.511.054,00	9.564.972,00

2 - Promoção dos funcionários do QFEB, Graduação ou Pós-Graduação a partir de agosto de 2

Valor mensal	Valor para 2013 a partir de agosto
487.192,56	3.083.928,90

**Cálculo realizado para Promoção de 1.003 funcionários de um total de 19.708 (5,1% do quadro de funcionários)

Confere com original
CCl em 13/08/13
Ass.



CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação


[Pesquisa Rápida](#)
[voltar](#)
[Exibir Ato](#)
[Página para impressão](#)
[Alterado](#) [Compilado](#) [Original](#)
[Lei Complementar nº 123 - 09 de Setembro de 2008](#)

Publicado no [Diário Oficial nº. 7802](#) de 9 de Setembro de 2008

Súmula: Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná, conforme especifica e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta lei complementar institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná.

Art. 2º. Para efeitos desta lei, o Quadro dos Funcionários da Educação Básica é formado pelos cargos de Agente Educacional I e Agente Educacional II.

CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E GARANTIAS

Art. 3º. O Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná objetiva o aperfeiçoamento profissional contínuo e a valorização do funcionário mediante remuneração digna e, por consequência, a melhoria do desempenho e da qualidade dos serviços prestados à população do Estado do Paraná, baseado nos seguintes princípios e garantias:

I - valorização, desenvolvimento e profissionalização dos funcionários da educação básica, reconhecendo a importância da carreira pública e de seus agentes;

II - promoção da qualidade da educação visando ao pleno desenvolvimento da pessoa nela envolvida e seu preparo para o exercício da cidadania;

III - liberdade de ensinar, aprender, pesquisar e expressar o pensamento, a arte e o saber, dentro dos ideais da democracia;

IV - gestão democrática do ensino público estadual;

V - vencimento digno e desenvolvimento na carreira mediante merecimento, formação e qualificação profissional;

VI - oportunidade de formação e qualificação profissional, através de formação continuada ofertada pela Administração;

VII - definição de atribuições específicas para o exercício de cada função e qualificação profissional dentro de cada área de atuação.

CAPÍTULO III DOS CONCEITOS FUNDAMENTAIS



Art. 4º. Para efeito desta lei entende-se por:

I - CARGO: centro unitário e indivisível de competência e atribuições de determinado grau de complexidade e responsabilidade, criado por lei, com denominação própria, em número certo e remuneração paga pelo Poder Público, provido e exercido por um titular, hierarquicamente localizado na estrutura organizacional do serviço público;

II - PROVIMENTO: ato de designação de uma pessoa para titularizar um cargo público, atendidos os requisitos para a investidura;

III - VENCIMENTO BÁSICO: retribuição pecuniária pelo exercício de cargo na Rede Estadual de Ensino, correspondente à natureza das atribuições e requisitos de avaliação de desempenho, qualificação profissional e grau de escolaridade;

IV - REMUNERAÇÃO: vencimento de cargo na Rede Estadual de Ensino, acrescido dos adicionais e das gratificações estabelecidas em lei;

V - CARREIRA: conjunto de classes que define a evolução funcional e remuneratória do funcionário, de acordo com o grau de escolaridade, o desempenho e a qualificação profissional;

VI - TABELA: conjunto de matrizes de vencimento referente a cada cargo;

VII - CLASSE: divisão da carreira em unidades de avanço funcional;

VIII - EVOLUÇÃO FUNCIONAL: desenvolvimento do funcionário na carreira, mediante critérios de progressão e promoção;

IX - PROGRESSÃO: passagem de uma classe para outra, mediante a combinação de critérios específicos de avaliação de desempenho e participação em atividades de atualização, capacitação e qualificação profissional relacionadas à sua área de atuação.

X - PROMOÇÃO: avanço nas classes da carreira mediante grau de escolaridade e formação profissional.

XI - ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: conhecimento específico que orienta a qualificação profissional, mediante realização de cursos de atualização, profissionalização e capacitação, dentre as atribuições previstas no cargo em que o funcionário ocupa na carreira.

XII - QUADRO: conjunto de cargos de provimento efetivo, escalonados em classes.

CAPÍTULO IV DA ESTRUTURA DE CARGOS

Art. 5º. O Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná é integrado pelos cargos de Agente Educacional I e Agente Educacional II, conforme descrição de cargos constante dos Anexos I e II, com suas respectivas atribuições.

Art. 6º. O Agente Educacional I tem suas atribuições definidas no Anexo I desta lei e poderá realizar sua qualificação profissional em ou mais das seguintes áreas de concentração:

I - manutenção de infra-estrutura escolar e preservação do meio ambiente;

II - alimentação escolar;

III - interação com o educando.

Parágrafo único. Para o ingresso no cargo de Agente Educacional I é exigido ensino fundamental completo.

Art. 7º. O Agente Educacional II tem suas atribuições definidas no Anexo II desta lei e poderá

realizar sua qualificação profissional em ou mais das seguintes áreas de concentração:

I - administração escolar;

II - operação de multimeios escolares.

Parágrafo único. Para o ingresso no cargo de Agente Educacional II é exigido ensino médio completo.

Art. 8º. O gestor do estabelecimento estimulará a atuação do funcionário em áreas de concentração que atendam à necessidade da educação, valorizando a sua qualificação profissional.

Art. 9º. Os cargos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná são divididos em classes, de acordo com a tabela de vencimentos integrante do Anexo III.

CAPÍTULO V DO PROVIMENTO E DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA

SEÇÃO I DO INGRESSO

Art. 10. Os cargos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná são acessíveis aos brasileiros natos ou naturalizados, que preencham os requisitos estabelecidos em lei, sendo o ingresso na classe inicial de vencimento do respectivo cargo, mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, atendidos os requisitos de qualificação profissional e habilitação previstos nos artigos 6º e 7º da presente Lei.

§ 1º. No edital do concurso referido no *caput* deste artigo, deverá constar o número de vagas a serem providas.

§ 2º. As exigências inerentes ao cargo deverão estar satisfeitas e apresentadas até a data da posse, sendo desnecessário apresentá-las por ocasião da inscrição no concurso.

Art. 11. Em caso de vacância, os cargos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná deverão ser supridos por concurso público.

Art. 12. É assegurada a reserva de vagas, conforme estabelecido em lei.

SEÇÃO II DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 13. O estágio probatório é o período de 03 (três) anos de efetivo exercício, durante o qual o Agente Educacional I e o Agente Educacional II são avaliados para atingir a estabilidade no cargo para o qual foram nomeados.

§ 1º. Durante o estágio probatório, serão proporcionados meios para a integração e o desenvolvimento das potencialidades do funcionário em relação ao interesse público, com o objetivo de inseri-lo na estrutura e organização do Sistema Educacional e da Administração Pública.

§ 2º. Cabe à Secretaria de Estado da Educação garantir os meios necessários para acompanhamento e avaliação do Agente Educacional I e do Agente Educacional II em estágio probatório.

§ 3º. Em caso de reprovação na avaliação, o funcionário será exonerado, mediante decisão fundamentada, sendo-lhe asseguradas as garantias do contraditório e da ampla defesa.

SEÇÃO III DA EVOLUÇÃO FUNCIONAL



Art. 14. A evolução funcional é o desenvolvimento do funcionário na carreira, com avanço nas classes, mediante critérios de progressão e promoção, e está vinculada à qualidade do serviço prestado bem como às melhorias obtidas no ambiente educacional.

Parágrafo único. A diferença percentual de vencimentos base entre as classes das carreiras de Agente Educacional I e Agente Educacional II é de 3,8% (três vírgula oito por cento).

Art. 15. A progressão na carreira é a passagem de uma classe para outra e ocorrerá mediante a combinação de critérios específicos de avaliação de desempenho e participação em atividades de atualização, capacitação e qualificação profissional relacionadas à sua área de atuação.

§ 1º. A avaliação de desempenho deve ser compreendida como um processo permanente, em que o funcionário tenha a oportunidade de analisar a sua prática, percebendo seus pontos positivos e visualizando caminhos para a superação de suas dificuldades, possibilitando, dessa forma, seu crescimento profissional, e será feita mediante critérios objetivos, nos termos da regulamentação específica.

§ 2º. A qualificação profissional, visando à valorização do funcionário e à melhoria da qualidade do serviço público, ocorrerá com base no levantamento prévio das necessidades, de acordo com o processo de capacitação desenvolvido pela Secretaria de Estado da Educação ou por iniciativa do funcionário, atendendo com prioridade a sua integração, atualização, aperfeiçoamento e profissionalização.

§ 3º. A Secretaria de Estado da Educação incentivará os servidores a participarem de processos de capacitação, ofertados pela administração pública ou iniciativa privada, observada a compatibilidade de horário de trabalho e a área de atuação.

§ 4º. A cada interstício de 02 (dois) anos, o funcionário poderá progredir até 02 (duas) classes, sendo 01 (uma) correspondente à obtenção de conceito satisfatório em avaliação de desempenho, e 01 (uma) correspondente à participação em atividades de atualização, capacitação e qualificação profissional, com carga horária total de no mínimo 40 (quarenta) horas e critérios estabelecidos por meio de resolução.

§ 5º. O funcionário terá direito à progressão na carreira em agosto.

Art. 16. A promoção na carreira é o avanço nas classes da carreira mediante grau de escolaridade e formação profissional.

Art. 17. O Agente Educacional I poderá avançar na carreira, por promoção:

I - 7 (sete) classes, se concluir ensino médio;

II - 6 (seis) classes, se concluir curso de formação profissional na Área Profissional 21, consubstanciada em Serviços de Apoio Escolar, obedecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, com carga horária mínima de 1.200 horas, nos termos da regulamentação vigente.

§ 1º. A promoção do Agente Educacional I ocorrerá a qualquer tempo, e será efetivada mediante requerimento devidamente instruído, sendo que, uma vez deferido, a remuneração correspondente será paga retroativamente à data do protocolo.

§ 2º. Será respeitado o interstício de um ano entre as promoções realizadas com base nos critérios estabelecidos pelos incisos I e II deste artigo, sendo que na primeira promoção o funcionário deverá utilizar o critério estabelecido no inciso I e, na segunda promoção, deverá utilizar o critério estabelecido pelo inciso II deste artigo.

Art. 18. O Agente Educacional II poderá avançar na carreira, por promoção:

I - 6 (seis) classes, se concluir curso de formação profissional na Área Profissional 21, consubstanciada em Serviços de Apoio Escolar, obedecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, com carga horária mínima de 1.200 horas, nos



termos da regulamentação vigente;

II - 5 (cinco) classes, se concluir ensino superior.

§ 1º. A promoção do Agente Educacional II ocorrerá a qualquer tempo, e será efetivada mediante requerimento devidamente instruído, sendo que, uma vez deferido, a remuneração correspondente será paga retroativamente à data do protocolo.

§ 2º. Será respeitado o interstício de um ano entre as promoções realizadas com base nos critérios estabelecidos pelos Incisos I e II deste artigo, sendo que na primeira promoção o funcionário poderá utilizar apenas um dos critérios estabelecidos nos Incisos I e II deste artigo e, na segunda promoção, deverá utilizar o critério não utilizado na primeira promoção.

Art. 19. Fica assegurada a participação certificada do funcionário convocado para atividades de formação, atualização, capacitação e qualificação profissional promovidas ou previamente autorizadas pela Secretaria de Estado da Educação, sem prejuízo funcional e remuneratório.

Art. 20. O funcionário terá direito a promoção e progressão na carreira após o cumprimento do estágio probatório e desde que não esteja aposentado, em disponibilidade ou em licença sem vencimentos para trato de interesse particular.

Art. 21. Não poderá ser utilizado o mesmo certificado, diploma, título ou comprovante de realização de atividades de formação, atualização, capacitação e qualificação profissional para mais de uma forma de avanço na carreira, seja por promoção ou progressão.

CAPÍTULO VI DA REMUNERAÇÃO E DAS VERBAS INDENIZATÓRIAS

Art. 22. Remuneração é a retribuição pecuniária pelo exercício do cargo de Agente Educacional I e Agente Educacional II da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, que compreende o vencimento, valor correspondente à classe em que se encontra na carreira, acrescido do adicional por tempo de serviço e de gratificações previstas em lei.

Parágrafo único. Sobre o montante da remuneração incidirá contribuição previdenciária mensal, para efeitos de recebimento de proventos de aposentadoria.

Art. 23. O funcionário perceberá adicional por tempo de serviço, nos termos da Lei 6.174/1970.

Art. 24. O funcionário receberá auxílio transporte correspondente a 20 % (vinte por cento) sobre o vencimento inicial, Classe 1, do cargo de Agente Educacional II.

Parágrafo único. O pagamento do auxílio transporte desobriga a Administração do fornecimento do vale transporte previsto na Lei Federal 7.418/85 e na Lei Estadual 9.490/90.

Art. 25. Será devido auxílio alimentação na forma da legislação vigente.

Art. 26. Serão concedidas as seguintes gratificações:

I - para o funcionário no exercício da função de diretor ou diretor auxiliar de estabelecimento de ensino, nos termos da Lei n.º 14.231/2003, com valor igual ao percebido pelo professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, conforme Lei Complementar n.º 103/2004.

II - para o funcionário no exercício da função de secretário de estabelecimento de ensino, devidamente designado por resolução da Secretaria de Estado da Educação, com valor equivalente a 30% (trinta por cento) do vencimento inicial, Classe 1, do cargo de Agente Educacional II.

III - para o funcionário que laborar no período noturno, com valor de 20% (vinte por cento) sobre as horas trabalhadas a partir das dezoito horas, considerando-se para o cálculo da gratificação o valor correspondente à Classe em que se encontra na Carreira.



CAPÍTULO VII DO REGIME DE TRABALHO E DAS FÉRIAS

Art. 27. A carga horária dos cargos de Agente Educacional I e Agente Educacional II será de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 28. O Funcionário da Educação Básica fará jus férias anuais, nos termos da Lei nº 6.174/70.

CAPÍTULO VIII DA MOVIMENTAÇÃO DE SERVIDORES

Art. 29. A movimentação de funcionários entre os estabelecimentos de ensino da Rede Pública Estadual será feita desde que exista vaga no cargo e na função correspondente atendendo:

I - à necessidade da administração;

II - ao interesse do funcionário.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30. Ficam criados 20 (vinte) mil cargos de Agente Educacional I e 15 (quinze) mil cargos de Agente Educacional II para compor o Quadro de Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná.

Art. 31. Fica assegurado ao Agente Educacional I e ao Agente Educacional II, em disponibilidade funcional para desempenho de mandato eletivo em sindicato ou associação de classe, o direito de promoção e progressão na carreira e retorno à lotação de origem.

Art. 32. Os funcionários integrantes do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, regidos pela Lei nº 13.666/2002, com alterações dadas pela Lei nº 15.044/2006, em exercício na Rede Pública Estadual de Educação Básica do Paraná, que não optarem, no prazo de 60 (sessenta) dias da entrada em vigor desta lei, pela sua permanência no QPPE ficam automaticamente enquadrados no presente plano de carreira, da seguinte forma:

I - Os atuais ocupantes do cargo de Agente de Apoio ficam enquadrados no cargo de Agente Educacional I, na classe com vencimento igual ou imediatamente superior ao seu vencimento base no QPPE;

II - Os atuais ocupantes do cargo de Agente de Execução ficam enquadrados no cargo de Agente Educacional II, na classe com vencimento igual ou imediatamente superior ao seu vencimento base no QPPE.

§ 1º. O candidato aprovado no concurso público de Agente de Apoio ou Agente de Execução, nos termos da Lei 13.666/2002, para prestar serviço na Rede Pública Estadual de Educação Básica do Paraná, será investido no cargo de Agente Educacional I ou Agente Educacional II, respectivamente, nos termos desta lei complementar, salvo se optarem, no momento da sua nomeação, pelo provimento no QPPE.

§ 2º. O funcionário do QPPE enquadrado neste Plano de Carreira não poderá utilizar, para promoção ou progressão nesta carreira, o mesmo certificado, diploma, título ou comprovante de realização de atividades de formação, atualização, capacitação e qualificação profissional que já utilizou para avançar nas referências salariais ou nas classes do QPPE.

Art. 33. O funcionário que se encontrar, à época da implantação do presente plano de carreira, em licença sem vencimentos para trato de interesse particular, será enquadrado por ocasião da sua reassunção, nos termos desta Lei.

SEÇÃO II



DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 34. Participará do primeiro procedimento de progressão e promoção na carreira o funcionário aprovado em concurso público de provas e títulos que estiver em estágio probatório e que tenha prestado serviço ao Estado do Paraná, contratado pela CLT por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, bem como pelo Serviço Social Autônomo Paranaeducação e pelas Associações de Diretores de Escolas Públicas de Educação de Jovens e Adultos e, ainda, os contratados em regime especial mediante processo seletivo simplificado, desde que, somando todo o tempo de serviço prestado nessas condições, tenha trabalhado pelo menos 3 (três) anos até a data de sua promoção ou progressão previstas na presente Lei.

Art. 35. O primeiro procedimento de promoção neste Plano de Carreira terá início a partir de 120 (cento e vinte) dias da entrada em vigor desta Lei, não tendo validade os requerimentos protocolados antes desse prazo.

SEÇÃO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36. O Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná será implantado de acordo com as normas estabelecidas nesta Lei.

Art. 37. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros condicionados à disponibilidade orçamentária-financeira, ao comportamento da receita, segundo o que serão atestadas pelas Secretarias de Estado do Planejamento e Fazenda, no estrito e rigoroso cumprimento da execução orçamentária e às disposições da Lei Complementar Federal n.º 101/00.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 09 de setembro de 2008.

Roberto Requão
Governador do Estado

Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde
Secretária de Estado da Educação

Maria Marta Renner Weber Lunardon
Secretária de Estado da Administração e da Previdência

Rafael Iatauro
Chefe da Casa Civil

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

ANEXOS:

Exibir	Descrição
	anexo14087_1881.pdf



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2013

Projeto de Lei Complementar nº. 003/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 021/2013

Súmula: Dispõe sobre a alteração da Lei Complementar nº 123, de 09 de setembro de 2008, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná.

EMENTA: PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS. FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA. REDE PÚBLICA ESTADUAL. ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 123/08, ARTIGOS 5º; 6º; 10; 15; 17; 18; 26; 27; 29; 34 E ANEXOS. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 13, 65, 66 E 87 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 189 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 12, III, "b", LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA DA EMENDA CORRETIVA ANEXA.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo visa alterar os artigos 5º; 6º; 10; 15; 17; 18; 26; 27; 29; 34, acrescentar o artigo 36, bem como alterar a redação dos Anexos I e II da Lei Complementar nº 123, de 09 de setembro de 2008 que Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, inciso I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Neste mesmo sentido, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



casos previstos nesta Constituição. (grifo
nosso)

Inclusive importante destacar que o Poder Executivo possui plena competência para legislar sobre o assunto a que se refere o presente projeto de lei, de acordo com o que preceitua o inciso IX, do art. 13 da Constituição do Estado do Paraná, vejamos:

**Art. 13. Compete ao Estado,
concorrentemente com a União, legislar
sobre:**

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desportos;

(grifo nosso)

Ademais, a Constituição do Estado do Paraná atribui ao Poder Público estadual assegurar funções e cargos no sistema estadual de ensino, de acordo com o Art. 189, adiante transcrito:

**Art. 189. O Poder Público estadual
assegurará funções e cargos aos
especialistas de educação do sistema
estadual de ensino.**

(Redação dada pela Emenda Constitucional 7 de 24/04/2000)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Dessa forma, insta salientar que o assunto em questão aborda assunto de competência da Secretaria da Educação do Estado do Paraná, no entanto, a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, a organização e funcionamento da administração estadual, **são de iniciativa privativa do Governador do Estado**, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei. (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

No entanto, quanto à técnica legislativa, se observa do artigo 16 do presente projeto, o acréscimo do Art. 36, nas disposições transitórias da citada lei, todavia, determinando a renumeração dos artigos seguintes, das disposições finais.

Ocorre que, de acordo com a LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98, artigo 12, inciso III, alínea "b", é vedada tal renumeração, conforme adiante transcrito:

Art. 12. A alteração da lei será feita:

(...)

III – nos demais casos, por meio de substituição, no próprio texto, do dispositivo alterado, ou acréscimo de dispositivo novo, observadas as seguintes regras:

(...)

b) é vedada, mesmo quando recomendável, qualquer renumeração de artigos e de unidades superiores ao artigo, referidas no inciso V do art. 10, devendo ser utilizado o mesmo número do artigo ou unidades imediatamente anterior, seguido de letras maiúsculas, em ordem alfabética, tantas



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



quantas forem suficientes para identificar os acréscimos; (Redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26.04.2001)

Neste sentido, sugere-se a **Emenda corretiva** anexa, com fulcro no artigo 137, § 7º, III do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, visando sanar tal vício.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei, na forma da **Emenda corretiva, em anexo.**

MODIFICATIVA

Sala das Comissões, 26 de março de 2013.

DEP. NELSON JUSTUS

Presidente

DEP. NEREU MOURA

Relator

APROVADO

26-03-13 *Apden.*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



MODIFICATIVA
ADITIVA

EMENDA ~~ADITIVA~~ AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 003/13

Poder Executivo – Mensagem nº. 021/2013

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 7º, III do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda corretiva, para contar com a seguinte redação:

Art. 16º. Acrescenta o artigo 35-A na seção das disposições transitórias, passando a ter a seguinte redação:

"Art. 35-A. Receberão o enquadramento, de uma classe na carreira, no mês de agosto de 2013, todos os Agentes Educacionais I e II com mais de 03 (três) anos de efetivo exercício no Estado do Paraná."

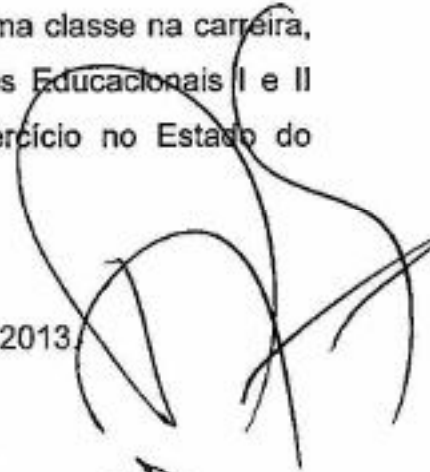

Sala das Comissões, em 26 de março de 2013.


DEP. NELSON JUSTUS


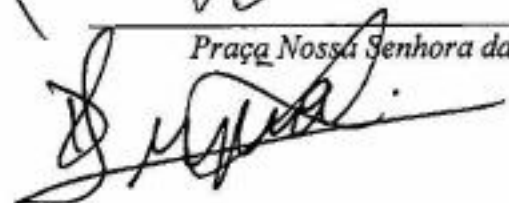
Presidente


DEP. NEREU MOURA

Relator



APROVADO

Processo 2603.13



Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003/13

O Plano de Lei Complementar em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 021/2013 dispõe sobre a alteração da Lei Complementar nº 123, de 09 de setembro de 2008, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual.

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Nereu Moura exarou o devido parecer favorável, com Emenda Modificativa, que objetiva estabelecer que todos os Agentes Educacionais I e II com mais de 03 (três) anos de efetivo exercício no Estado do Paraná é que receberão o enquadramento.

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida visa alterar a Lei Complementar nº 123, de 09 de setembro de 2008.

Vale frisar que a Constituição do Estado do Paraná, em seus arts.65, 66 e 87, asseguram a iniciativa e a competência ao Governador do Estado, quando se trata de matérias relativas a Secretarias de Estado, ainda, sobre a organização e o funcionamento da administração estadual.

Em relação ao impacto orçamentário-financeiro a proposta apresenta, a Declaração de Adequação da Despesa nº 0174/2012, subscrita pelo Senhor Jorge Eduardo Wekerlin, Diretor Geral da Secretaria de Estado da Educação, onde podemos constatar que as despesas com a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

implantação do Projeto em tela estão nos termos do QDD e informação de disponibilidade orçamentária e financeira, ainda, que a despesa tem adequação com a Lei 8.666/93 e está incluída no Plano Plurianual 2012/2015, na Lei de Diretrizes Orçamentária e na Lei Orçamentária Anual, bem como atende aos requisitos exigidos pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, mais especialmente quanto às normas dos artigos 16 e 17 e que a mesma não causará impacto orçamentário e financeiro nos dois exercícios subsequentes e não ultrapassará os limites estabelecidos para o exercício financeiro de 2013.

Assim sendo, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões,

03/04/13

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE

DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
RELATOR

Dep. Antônio

Dep. Pedro Lupin

Dep. Orlando P.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE ORÇAMENTO



PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 03/2013

O Projeto de Lei Complementar em tela, oriundo da Mensagem do Poder Executivo nº 21/2013, dispõe sobre a "Alteração da Lei Complementar nº 123, de 9 de setembro de 2008, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da rede pública estadual".

Sobre a constitucionalidade e legalidade da matéria, a Comissão de Constituição e Justiça apresentou Parecer Favorável para a mesma, com Emenda Modificativa, que objetiva estabelecer que todos os Agentes Educacionais I e II com mais de 03 (três) anos de efetivo exercício no Estado do Paraná é que receberão o enquadramento; e a Comissão de Finanças exarou Parecer Favorável

As despesas referentes a esta reestruturação do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná estão elencadas na Lei Orçamentária Anual nº 17.013/12 exercício para 2013 na Dotação Orçamentária 4103.12368094.098 - Valorização da Educação Básica - Administrativo, Fonte de Recursos 100 - Tesouro e/ou 145 - FUNDEB.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Art. 87 – Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI – Dispor sobre a organização e funcionamento da administração estadual na forma da Lei.

Devemos observar que a proposta legislativa encontra-se embasada na Lei de Responsabilidade Fiscal:

“Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

(...)


II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

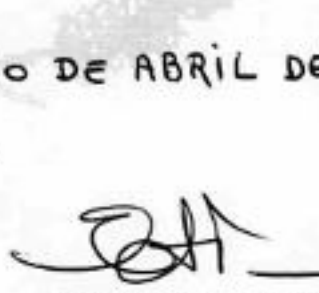
A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

Chamada esta Comissão de Orçamento a opinar, conforme preceitua o § 4º, do artigo 33 do Regimento Interno, nosso **parecer é favorável.**

É o parecer

Sala das comissões, 10 DE ABRIL DE 2013


DEP. NEREU MOURA
PRESIDENTE


DEP. PASTOR EDSON PRACZUK
RELATOR


Dep. Elcio Rusch





COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 03/2013.

Súmula: Dispõe sobre alteração da Lei Complementar nº 123, de 09 de setembro de 2008, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro de Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná.

Autor: Poder Executivo Estadual

Relator: Deputado

I - RELATÓRIO

Foi colocado para apreciação da Comissão de Educação, em conformidade com o art. 33-G do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná, o Projeto de Lei Complementar nº 03/2013, onde o Executivo pretende introduzir alterações na Lei Complementar nº 123, de 2008.

O Excelentíssimo Senhor Governador do Paraná, com a apresentação do Projeto de Lei Complementar nº 03, de 2013, tem como objetivo proporcionar melhores condições na carreira de alguns servidores públicos. Como os de Agentes Educacional I e II, Motoristas e Tratoristas. Além de condicionar com essas mudanças legais, a valorização dos Profissionais da Educação do Estado do Paraná.

São importantes as mudanças ora sugeridas pelo Governador, para que a Educação no Paraná, por meio de seus profissionais, continue a ser uma das mais bem estruturada, e uma das que melhor paga os salários de seus profissionais. Proporcionando condições para que todos possam trabalhar a cada dia, por uma educação ainda melhor.

II - VOTO DO RELATOR

A intenção da proposição em apreço é meritória, na medida em que tem claro interesse público para conferir o reconhecimento e a valorização aos trabalhadores da educação do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Nos termos do art. 42, II, do aludido Regimento Interno da Assembleia Legislativa, a Presidência da Comissão de Educação nos incumbiu de relatar o Projeto de Lei Complementar, e expomos nosso **voto pela aprovação da matéria**, pois, após a análise quanto ao mérito sob o ponto de vista da área da educação, o projeto de lei oriundo do Executivo é louvável.

Destarte, considerada a relevância da proposição entendo não existir nada que pudesse obstruir, por parte deste relator, sua deliberação no Plenário Legislativo.

II - CONCLUSÃO E PARECER COMISSÃO

Verificado os pressupostos de conveniência e oportunidade, a Comissão de Educação na qual tem a incumbência de manifestar-se sobre as proposições relativas à educação, visando sempre o interesse público, acompanha o voto do Nobre Relator e manifesta-se pelo **parecer favorável** ao Projeto de Lei Complementar nº 03, de 2013, em sua forma apresentada.

Sala das Comissões, Curitiba, 2 de abril de 2013.

Adelino Ribeiro Silva
Presidente

Relator
RÉGIO KERO



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 3ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 071/2013

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 15 ABR. 2013

1º Secretário

SÚMULA: Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de fevereiro de 2013. Resoluções 003/2004 e 003/2009.

ART.1º.- Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de fevereiro de 2013.

ART. 2º.- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 09 de abril de 2013.

DEPUTADO DULIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

DEPUTADO PEDRO LUPION
Relator



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Kfury



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 3ª. SESSÃO LEGISLATIVA

Justificativa

A prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados relacionadas ao exercício de seus mandatos foi regulamentada pela Resolução nº. 003/2004, com as modificações previstas pela Resolução nº 003/2009.

Formaliza-se a prestação de contas com o presente Projeto de Resolução, devendo o mesmo ser apreciado e aprovado pelo Plenário desta Casa, em atendimento à Constituição Federal e a Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Kfury



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 3ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PARECER À PROPOSIÇÃO Nº. 031/2012-CTC

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição em tela, prestando contas da verba dos créditos para atender as despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de fevereiro de 2013, previstas na Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº. 003/2009.

Entende esta Relatoria, após análise dos documentos entregues, que as despesas constantes da Proposição nº. 031/2012-CTC encontram-se de conformidade com a legislação em vigor, atendem sua regulamentação e, portanto, não restam quaisquer dúvidas quanto à exatidão das contas apresentadas, concluindo pelo Parecer Favorável – Aprovado.

É o Parecer FAVORÁVEL – APROVADO.

Sala das Comissões em, 09 de abril de 2013

DEPUTADO DULIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

DEPUTADO PEDRO LUPION
Relator